

X Encontro da Associação Brasileira de Ciência Política
Ciência Política e a Política: Memória e Futuro
Belo Horizonte – 30 de agosto a 2 de setembro – 2016

Eleições e Representação Política

**AS DUAS DIREITAS NO BRASIL: UMA ANÁLISE
SOBRE O ESPECTRO IDEOLÓGICO DOS PARTIDOS
POLÍTICOS BRASILEIROS**

Mariani Ferri de Holanda

Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro – UNIRIO

Resumo

O objetivo desse trabalho será analisar a nova direita brasileira, contribuindo com o estudo dos partidos políticos conservadores e aprofundando o debate sobre o espectro ideológico no país. Por meio da análise dos manifestos partidários, seguindo a metodologia do Manifesto Research Group, examinaremos os 32 partidos registrados no TSE que disputaram ao menos a última eleição de outubro de 2014 e seus manifestos. A partir da alocação dos partidos no binário esquerda-direita (objetivo geral), refinaremos nossa categorização com os partidos de direita (objetivo específico), visando corroborar a hipótese de que há no cenário político brasileiro dois grandes grupos nos quais esses partidos podem ser alocados: uma direita tradicional e uma “nova direita”. A primeira seria herdeira do capital político de partidos que apoiaram a Ditadura Militar e seria identificada com as políticas neoliberais no plano econômico e social dos anos 1990; enquanto, a segunda, além de não ter o ônus dessas associações, aceitaria, pragmaticamente, as resoluções sociais implementadas pelos governos de esquerda, coabitando em suas bases aliadas – fenômeno matizado por um moralismo conservador, muitas vezes de viés religioso.

Palavras-chave: Partidos; ideologias; manifestos

As duas direitas no Brasil: uma análise sobre o espectro ideológico dos partidos políticos brasileiros

1. Introdução

Esse trabalho analisa os manifestos partidários mais recentes¹ do Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), Democratas (DEM), Partido Progressista (PP), Partido da República (PR), Partido Social Cristão (PSC) e Partido Renovador Trabalhista Brasileiro (PRTB), no intuito de avançar no estudo sobre o espectro ideológico dos partidos políticos de direita no Brasil. Para o desenho dessa amostra levamos em consideração: 1) partidos considerados mais relevantes e viáveis eleitoralmente (partidos com maior representatividade); 2) partidos que se originaram e/ou se consolidaram no espectro da direita ou à direita; 3) partidos que ganharam relevância midiática nacional lançando candidatos à Presidência na última eleição de 2014 e; 4) partidos que possuem/possuíam bancada expressiva na composição da coalizão do governo na legislatura estudada (54ª legislatura: 2011-2015). Assim sendo, cada partido obedece respectivamente aos seguintes critérios: PSDB – 1,2 e 3; DEM – 1 e 2; PP – 1,2 e 4; PRTB – 2 e 3; PR – 1,2 e 4 e; PSC – 2 e 3. Procuramos, dessa forma, reforçar empiricamente a nossa hipótese de que os partidos de direita têm uma identidade própria, sendo pertinente uma classificação tipológica nos marcos da especificidade desse espectro ideológico em dois grupos analíticos: “nova direita” e “conservadorismo não-elitizado”.

O escopo desse trabalho resume-se à discussão tipológica sobre uma divisão presente na Direita, apontando para a existência de um novo ator no cenário político: o “conservadorismo não-elitizado”. Por isso, nossa pesquisa orientou-se para o estudo de seis partidos representantes dessa ideologia, e não dos 32 partidos registrados no Tribunal Superior Eleitoral até a realização das eleições de outubro de 2014, como está dito no resumo. Nesse sentido, a “família de partidos” (Ennsner, 2010) da “nova direita” - herdeira do capital político de partidos que apoiaram a Ditadura Militar (Kinzo, 1988) e identificada com as políticas neoliberais no plano econômico e social dos anos 1980 e 1990 (Mainwaring; Power; Meneguello, 2000; Tarouco; Madeira, 2010) difere-se do “conservadorismo não-elitizado” em alguns pontos fundamentais. Esse último, além de

¹ Os Manifestos dos seguintes partidos datam do ano de: Partido Social Cristão – PSC (1990, manifesto de fundação, único produzido pelo partido desde então), Partido da República – PR (2006, manifesto de fundação), Partido da Social Democracia Brasileira – PSDB (2007) e Partido do Renovador Trabalhista Brasileiro – PRTB (2013). Manifestos do Partido Progressista – PP – e do Democratas – DEM – não indicam suas datas de criação, mas consideramos as versões analisadas as mais atualizadas, por estarem nas páginas oficiais desses partidos como o sendo.

não ter o ônus da associação com o regime autoritário, é orientado a compor coalizões com governos de (centro)esquerda e admitir, pragmaticamente, a existência de programas sociais - expansão do *welfare state* (Codato; Bolognesi; Roeder, 2015) – fenômeno matizado por um moralismo conservador, muitas vezes de viés religioso e com sustentáculo retórico e eleitoral nas classes menos abastadas e economicamente emergentes (caráter não-elitizado).

A análise dos programas partidários – manifestos partidários – será feita utilizando a classificação desenvolvida pelo Manifesto Research Group² (MRG), seguindo a sugestão de Budge *et alli* (2001), porém adaptando a escala proposta pelo MRG, com base na literatura sobre a direita mobilizada na seção 2 e considerando as recomendações de Tarouco e Madeira (2013) expressas na seção 4, sobre a exposição do método de análise. Na seção 3, apresentamos uma síntese da trajetória dos partidos a fim de endossar os critérios elencados para o desenho dessa amostra. Os resultados da análise de conteúdo dos manifestos são demonstrados na seção 5; sucedida pelas considerações finais do trabalho.

2. As duas direitas: uma aproximação conceitual

Alterações de paradigma ocorridas nas bases ideológicas tanto da esquerda quanto da direita, a partir dos anos 1970, influenciaram sensivelmente seus rumos contemporâneos. A emergência dos governos de Margareth Thatcher (1979) na Grã-Bretanha e de Ronald Reagan (1981) nos Estados Unidos e do neoliberalismo significou um marco refundacional da direita (Pierucci, 1999; Alves, 2000). O modelo keynesiano e welfarista, hegemônicos dos anos 1930 aos 1960, começa a se esgotar nos anos 1970. Os choques do preço do petróleo, as crises financeiras e a queda de crescimento econômico que a Europa e os Estados Unidos enfrentam nessa década são os gargalos conjecturais para a emersão do projeto neoliberal. A mudança de ordem ocorre corroborada pelo esgotamento político do comunismo soviético e pela crise do projeto político e social da social democracia europeia, além da reconfiguração do padrão econômico, com o aprofundamento da globalização financeira que reestruturou os modos de produção e acumulação capitalista. O pensamento de direita que se configura

² O Manifesto Research Group (MRG), vinculado ao *European Consortium for Political Research* (ECPR), foi lançado em 1979 com o propósito de estudar manifestos dos partidos europeus e resultou em um vasto banco de dados atualmente mantido pelo *Comparative Manifesto Project* (CMP), no *Wissenschaftszentrum*, em Berlim. O CMP reúne dados sobre posições políticas de 780 partidos em 54 países desde o pós-guerra, estimadas a partir das suas ênfases programáticas e conta com uma rede de pesquisadores associados em diversos países (Tarouco; Madeira, 2013:153).

a partir desse panorama é chamado pela literatura de “nova direita” (Oliveira; Benetti, 2014; Gonzáles, 2013; Alves, 2000; Pierucci, 1999); sendo traduzido nesse trabalho pelo: Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), Democratas (DEM) e Partido Progressista (PP).

Essa “nova direita” caracteriza-se pelo enfoque conferido ao poder político da liberdade individual e do mercado. A liberdade de escolha do indivíduo garantiria espontaneamente a harmonia entre as posições individuais, sendo assim, a solução para os problemas da ação coletiva e para o adequado acesso aos bens produzidos; ao passo que o mercado regularia as relações sociais e limitaria a extensão política e institucional, preservando o âmbito de atuação das liberdades individuais (Babireski, 2014). O Estado dentro dessa concepção passa a ser um Estado mínimo, porém não ausente. É um Estado com burocracia reduzida, de função regulatória tanto na produção direta (estimulando a livre iniciativa e o mercado), quanto na prestação de serviços à população. O Estado planejador cede lugar ao Estado garantidor da estabilidade macroeconômica, atuando como facilitador da atividade empresarial, através de reserva de mercado, concessão de créditos para investimentos e até políticas públicas para recolocação profissional (ibidem, 2014: 24-25).

Uma novíssima corrente dentro do espectro da direita, chamada nesse trabalho de “conservadorismo não-elitizado”, conflui em diversos aspectos com seu corolário, porém incorpora agendas da esquerda e do centro. Defendem o capitalismo como modelo econômico (principalmente o neoliberalismo) e os preceitos morais tradicionais; ao mesmo tempo, aceitam e se valem das vantagens políticas (e eleitorais) dos programas sociais implementados pela esquerda, reforçando, ainda, a sua desvinculação com a memória do regime ditatorial (Codato; Bolognesi; Roeder, 2015); ou seja, o conservadorismo não-elitizado “constrói-se em torno de uma tradição conservadora no âmbito social, com preferência por regimes políticos com sentido de autoridade e não autoritários, continua desconfiando das massas e vem buscando ser competitivo eleitoral e politicamente” (Babireski, 2014: 26) e dentre seus eleitores e parlamentares, destacam-se grupos demográficos não-econômicos como religiosos e militares. O Partido da República (PR), Partido Social Cristão (PSC) e Partido Renovador Trabalhista Brasileiro (PRTB) são, dentre os partidos analisados, os representantes dessa categoria.

Alves (2000), através de *surveys* realizados com o eleitorado da cidade de São Paulo, sugere como inventário dos conteúdos ideológicos do “conservadorismo não-elitizado” uma agenda popular e conservadora nas questões morais, e autoritária na forma de ver a política. Correligionário das medidas neoliberais de estatização e desregulamentação, esse perfil político apresentou-se tolerante às desigualdades

sociais, mas inflexível em domínios morais como aborto, homossexualismo e família, ainda que esses dados tenham sido pouco significativos na pesquisa. Com esses resultados, a autora também contribui para a nossa hipótese sobre a existência de “duas direitas”:

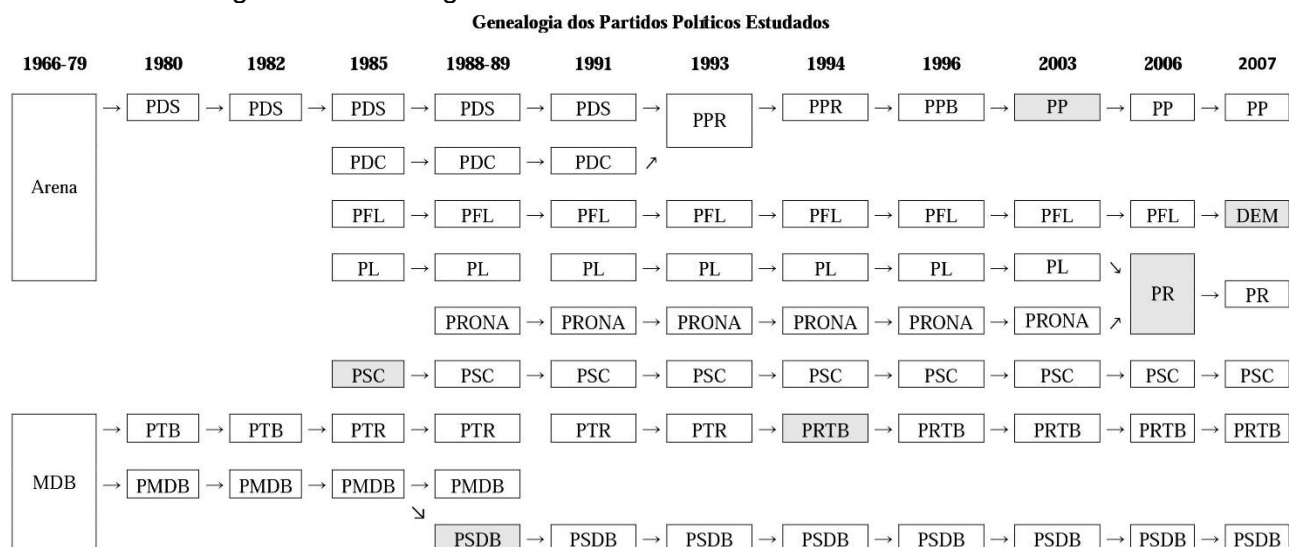
Com base nos dados de 1993, sobre o comportamento eleitoral em 1989, constatamos a “pluralidade” da direita. Há uma direita mais ideológica, mais politizada, que defende os interesses do *laissez-faire*, que não assume totalmente o rótulo “direita”, mas que é no mínimo anti-esquerda, em geral identificada com as classes mais altas. Esta direita esteve associada ao voto em Paulo Maluf no primeiro turno. Há uma direita mais populista, personalista, que mobilizava apoio pelo viés apolítico dos temas da moralidade e pelas formas autoritárias de agir no espaço político, geralmente encontrando suas bases nas classes mais baixas (Alves, 2000: 221-222).

Retomando à famosa definição de esquerda e direita cunhada por Bobbio (2011), enquanto a “nova direita” primária pela manutenção do *status quo*, através de políticas para alcançar a igualdade que favorecem os já ricos (desregulamentação dos mercados, incentivos à produtividade empresarial, etc), o “conservadorismo não-elitizado” reconhece que não é possível governar desconsiderando os socialmente excluídos, principalmente por seu representativo peso eleitoral. Não perseguem a igualdade plena preterida pela esquerda, nem se contentam com a defesa de uma desigualdade inevitável feita pela direita tradicional; estabelecem um pacto de igualdade de oportunidades. Em outras palavras, essa igualdade pode ser traduzida no acesso às condições materiais de bens de consumo no mercado.

3. Os Partidos

Para entender a escolha desses partidos políticos como representantes da ideologia de direita no Brasil, é importante fazermos uma digressão sobre as suas genealogias. David Fleischer (2007) realiza esse esforço desde o Império brasileiro até o ano de 1996 do atual sistema partidário. Seguindo sua abordagem, sintetizamos e completamos a genealogia dos partidos políticos com os casos estudados, como demonstra a figura abaixo:

Figura 1. Genealogia dos Partidos Políticos Estudados



Fonte: Confeção própria a partir da contribuição de Fleischer (2007)

3.1 Partido da Social Democracia Brasileira – PSDB

O Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB) surge nos marcos da Assembleia Nacional Constituinte de 1987-88, oriundo de um grupo de dissidentes do Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB) capitaneados por lideranças de São Paulo e Minas Gerais, descontentes com o governo Sarney. Originalmente, o PSDB é formado por uma confluência de correntes ideológicas, coexistindo em seu interior: os social-democratas - a tendência majoritária no partido, os liberais/progressistas - ala mais conservadora, os socialistas-democráticos - a corrente mais à esquerda e, finalmente, os democratas-cristãos. A agenda neoliberal ganha, ao longo do tempo, força no discurso e prática do partido, consolidando-se quando Fernando Henrique Cardoso (1994-2002) assume a Presidência (Guiot, 2010).

A execução de uma plataforma de governo tecnocrática, na qual “reformas incontornáveis” na máquina pública são colocadas como um paradigma da política de Estado, e a coalizão com o PFL (atual DEM) são considerados marcos para a guinada do PSDB à direita. Apesar de em sua origem, o PSDB autodeclarar-se centro-esquerda (PSDB, 2016), grande parte da literatura que se debruça sobre classificação ideológica dos partidos políticos - Kinzo (1990), Novaes (1994), Figueiredo e Limongi (1999), Fernandes (1995), Rodrigues (2002) e Power (2000) – o identificam como centro. Análises mais recentes, como a de Carreirão (2006) e de Tarouco e Madeira (2013), já o classificam como um partido de direita. Na legislatura estudada (2011-2015), o PSDB representava a 3º maior bancada da Câmara dos Deputados com 54 membros e a 2º maior do Senado Federal com 17 senadores, em igualdade com o Partido dos

Trabalhadores (PT). Desde a eleição de 2002, o partido disputou todos os segundos turnos presidenciais com o PT, tendo o candidato Fernando Henrique Cardoso vencido as eleições de 1994 e 1998 em 1º turno; nas quais o candidato petista Lula da Silva ficou como segundo colocado. Em 2002, Lula da Silva foi eleito presidente, vencendo o candidato do PSDB, José Serra. Em 2006, ele foi reeleito derrotando, dessa vez, o candidato Geraldo Alckmin. Em 2010, a candidata do PT, Dilma Rousseff, tornou-se presidenta disputando pleito contra o candidato José Serra; e em 2014, foi reeleita, vencendo o candidato Aécio Neves.

3.2 Democratas – DEM

O Democratas (DEM) é o resultado da refundação, ocorrida em 2006, do antigo Partido da Frente Liberal (PFL), que por sua vez era uma dissidência do antigo Partido Democrático Social (PDS), sucessor direto da Aliança Renovadora Nacional (ARENA) – partido sustentáculo da ditadura militar (Kinzo, 1988). Em junho de 1984, houve uma cisão no PDS devido a divergências sobre a sucessão do general Figueiredo. O partido ficou polarizado entre o grupo de apoio a Paulo Maluf, que defendia a continuidade do regime militar e o grupo de apoio a Aureliano Chaves, esgotados com a longevidade da ditadura. Diante do insucesso da indicação do nome do segundo grupo, Marco Maciel, Jorge Bornhausen e Guilherme Palmeira, fizeram um acordo com o PMDB apoiando o nome de Tancredo Neves e formando a “Aliança Democrática”. Com a vitória de Tancredo Neves na eleição indireta de 1985, o agora PFL passou a ser base do novo governo no Congresso, mesmo com a posse de Sarney (Babireski, 2014).

O PFL fez parte da coalizão de Collor de Melo (1990-1992) e apoiou o PSDB nas disputas eleitorais de 1994 e 1998, fazendo parte de sua coalizão nos dois governos Fernando Henrique Cardoso. A passagem para a oposição (posição que ocupa até o momento) ocorreu em 2002 com a chegada do PT à Presidência. Desde de sua saída do governo, o PFL enfrentou um paulatino declínio eleitoral (Fleischer, 2007). Da maior bancada na Câmara dos Deputados em 1998 com 105 membros, seu contingente foi reduzido para 84 em 2002, a 65 em 2006, chegando a apenas 43 em 2010. O partido altera sua nomenclatura para Democratas (DEM) em 2007 como uma estratégia de suas lideranças para renovar o partido e estabelecer uma nova identidade para a organização e, assim, garantir sua sobrevivência eleitoral. O DEM teve na 54ª legislatura (2011-2015), a 5ª maior bancada da Câmara dos Deputados com 43 membros e a 3ª maior do Senado com 9 membros, empatado com o Partido da República (PR). Por suas origens e seu posicionamento político, o DEM é classificado como um partido de direita (Kinzo,

1990; Novaes, 1994; Figueiredo; Limongi, 1999; Fernandes, 1995; Rodrigues, 2002; Power, 2000; Carreirão, 2006; Tarouco; Madeira, 2013).

3.3 Partido Progressista – PP

O Partido Progressista (PP), à semelhança do PFL/DEM, origina-se de um desmembramento do extinto Partido Democrático Social (PDS), herdeiro político da ARENA. Em abril de 1993, o PDS funde-se ao Partido Democrata Cristão (PDC), formando o Partido Progressista Reformador (PPR). Em 1996, o PPR incorpora o Partido Popular (PP), alterando sua nomenclatura para Partido Progressista Brasileiro (PPB). Em 2003, o partido muda novamente, passando para Partido Progressista (PP).

Para além de seu histórico autoritário, o PP é considerado um partido de direita por grande parte da literatura (Kinzo, 1990; Novaes, 1994; Figueiredo; Limongi, 1999; Fernandes, 1995; Rodrigues, 2002; Power, 2000; Carreirão, 2006; Tarouco; Madeira, 2013) e por sua própria descrição como “o reagrupamento de forças estaduais de perfil moderado e conservador” (PP, 2016). Apesar de ser um partido de lideranças estaduais, a exemplo de Paulo Maluf em São Paulo e Ana Amélia no Rio Grande do Sul e até 2015, Jair Bolsonaro no Rio de Janeiro, após seus primeiros anos, o PP alterou sua estratégia para ocupação de postos nos escalões governamentais, diminuindo o foco na disputa por cargos majoritários e ocupando o papel de base de apoio (Mayer; Babireski, 2013). Desde o primeiro mandato de FHC até o segundo mandato de Dilma Rousseff (1994-2014), o partido constituiu-se ininterruptamente como governo, exceto nos dois primeiros anos do primeiro governo Lula (2003-2005) (Amorim Neto, 2011: 89-90). Na última legislatura, o PP possuía a 4º maior bancada da Câmara com 44 deputados federais e a 4º maior do Senado com 8 senadores.

3.4 Partido da República – PR

O Partido da República (PR) é produto da fusão, ocorrida em 26 de outubro de 2006, entre Partido Liberal (PL) e o Partido da Reedificação da Ordem Nacional (PRONA) para alcance da cláusula de barreira de 5% vigente a época. Segundo a definição do próprio partido, “valores e princípios que constituíam o PL e o PRONA foram mesclados” (PR, 2016). O liberalismo (social) do primeiro e o nacionalismo (autoritário) do segundo combinaram-se para conformar a orientação ideológica do novo partido, de viés marcadamente conservador. Em suas próprias palavras:

Comprometido com o regime democrático, a doutrina proposta pelos republicanos do PR busca a realização do Bem Comum numa sociedade livre, pluralista e participativa. O ideal de liberdade do PR está consignado na reafirmação da "crença na Pessoa livre,

titular de direitos naturais e inalienáveis". E este princípio abrange a sociedade como unidade orgânica, a organização Política como fator de administração da sociedade, dirigida ao Bem Comum. Para o Partido da República a pessoa deve ser valorizada na individualidade. Para os estamentos do PR, uma visão ideológica do Estado e da Sociedade faz com que o Homem se fracione, esquecendo sua qualidade de ser concreto, a grandeza de sua origem e de sua missão pessoal. A criação do PR consignou o respeito aos valores naturais como único limite à liberdade individual. A consciência desses valores éticos insere o indivíduo em sua sociedade natural, histórica e humana, permitindo-lhe a plena realização das potencialidades (PR, 2016).

Na 54ª legislatura (2011-2015), o PR tinha a 6ª maior bancada da Câmara dos Deputados com 41 membros e a 3ª maior do Senado, junto ao DEM, com 9 membros cada. Logo após sua fundação, o PR ingressou na coalizão de apoio do PT (Amorim Neto, 2011), permanecendo nela até o impeachment de Dilma Rousseff.

3.5 Partido Social Cristão – PSC

O Partido Social Cristão (PSC) é fundado em maio de 1985 em decorrência do cenário de multipartidarismo promovido pelo início da abertura democrática; mas só recebe seu registro em 1990. O PSC tem um histórico de lançar candidatos próprios para disputas majoritárias, especialmente as presidenciais. Fato que ocorreu em 1994 com Hermani Fortuna e em 1998 com Sérgio Bueno. Em 2002, coligou-se com o Partido Socialista Brasileiro (PSB) na candidatura de Anthony Garotinho e em 2010, repetiu a estratégia, dessa vez com o PT na eleição de Dilma Rousseff. Em 2014, o partido voltou a lançar candidato próprio para a disputa do cargo presidencial, com a nomeação de Everaldo Pereira, conhecido por Pastor Everaldo. Seus candidatos tiveram resultados irrisórios nos pleitos citados, mas a opção do partido em disputar uma eleição presidencial aponta para uma postura propositiva e uma preocupação em pautar sua agenda e formar uma imagem para com a opinião pública e seu eleitorado.

A Doutrina Social Cristã reivindicada pelo partido, consolidou-se numa oposição de direita a pautas progressistas e ao governo do PT, sobretudo a partir da legislatura analisada (2011-2015). Único dos partidos estudados assumidamente de viés religioso, sobretudo evangélico, “o Cristianismo, mais do que uma religião, representa para o PSC um estado de espírito” (PSC, 2016). Justifica-se, assim, muitas posições conservadoras que o partido defendeu nos últimos anos (Sung, 2015). Na última legislatura, o PSC possuía 17 deputados federais e 1 senador.

3.6 Partido do Renovador Trabalhista Brasileiro – PRTB

O Partido do Renovador Trabalhista Brasileiro (PRTB) provém de membros do extinto Partido Renovador Trabalhista (PTR), que reivindicavam o legado e o ideário político de Fernando Ferrari, com seu “trabalhismo participativo” e anti-getulismo. Nas palavras do partido:

O peleguismo getulista estava exaurido e a cooptação das elites pelas velhas lideranças chegava ao fim com graves prenúncios de revolução, (o que veio a acontecer em 64) se o trabalhismo não sofresse profundas modificações de base, ou seja, o “Trabalhismo Participativo”, onde o Capital e o Trabalho pudessem interagir voltados para mútuos interesses em duas vias e não em via de mão única como acontecia nesse tempo, com a exploração do Trabalho pelo Capital (PRTB, 2016).

O partido abrigou, em 2000, a candidatura do ainda inelegível, ex-presidente Fernando Collor de Melo à prefeitura de São Paulo. Já em situação regularizada, Collor candidatou-se em 2002 ao governo de Alagoas pelo partido, mas não foi eleito. Em 2006, conseguiu eleger-se senador pelo PRTB, tendo migrado para o PTB no mesmo dia de sua posse. Em 2010 e 2014, o partido lançou a candidatura de seu presidente, Levy Fidelix, à Presidência da República. Seu desempenho eleitoral foi ínfimo. Na última legislatura, o PRTB teve 2 deputados federais e nenhum senador.

4. O Manifesto Research Group (MRG)

A análise dos programas/manifestos partidários representa um veículo de comunicação através do qual os partidos políticos podem usar para formatar uma identidade junto às suas bases ou deixar escapar aspectos de seu posicionamento ideológico que não são amplamente vinculados por eles. Essa metodologia apresenta as vantagens de utilizar fontes primárias; ter um alto nível de abrangência da análise; partir de uma classificação *a priori* das categorias aventadas, conferindo maior controle ao pesquisador, já que é ele quem parametriza a significação de cada uma delas; proporcionar uma observância direta e completa dos dados; possuir pequena margem para valoração do pesquisador; alto nível de confiabilidade dos dados; e controle das incertezas conhecido³ (Benoit; Laver, 2006: 89).

³ Miguel (2010, apud Tarouco; Madeira, 2013) aponta que o problema de se recorrer aos documentos programáticos seria o pressuposto de que a competição política corresponde a uma disputa entre plataformas diferentes. Críticos argumentam, também, que os eleitores não leem os manifestos e que esses, portanto, não teriam relevância na sua decisão do voto (Benoit; Laver, 2006). Apesar da pertinência das observações e reconhecendo a superioridade de uma aplicação combinada de métodos para a classificação ideológica dos partidos políticos (Benoit; Laver, 2006)³; a saber: *surveys* com membros da organização; classificação feita por acadêmicos e pela opinião pública (imprensa) e; Budge *et alli* (2001) argumentam que análise de documentos partidários - a identificação das ênfases programáticas - pode ser tida como uma imagem mais

A análise textual dos manifestos é feita utilizando o método de codificação *quasi-sentence* (Werner; Lacewell; Volkens, 2014), atribuindo-se a cada uma dessas unidades, uma ou mais das 56 categorias estabelecidas pelo MRG (ver quadro 1). Uma *quasi-sentence* é uma oração que contém apenas uma mensagem. Em alguns casos, partidos fazem uma oração por frase, o que resulta em uma *quasi-sentence* ser igual a uma frase. Quando isso não ocorre e: 1) a frase contém 2 duas sentenças não relacionadas; ou 2) duas sentenças relacionadas, mas de aspectos diferentes do mesmo domínio, as frases devem ser cortadas: 1) antes de ponto-e-vírgula; 2) quando for possível a divisão em palavras-chave que representem as categorias; 3) antes de conectivos, de um modo geral. Por exemplo: “Nós resolver nossos estreitos laços com nossos vizinhos (107) | bem como os desafios enfrentados pelos pequenos empresários neste momento de dificuldades econômicas (402)⁴” (ibidem, 2014:6) .

Quadro 1 – Categorias nos sete Domínios Políticos do Manifesto Project

Domínio 1: Relações Exteriores		410	Crescimento Econômico
101	Relações Exteriores Especiais: positivo	411	Tecnologia e Infraestrutura: positivo
102	Relações Exteriores Especiais: negativo	412	Economia Controlada: positivo
103	Anti-imperialismo: positivo	413	Nacionalização: positivo
104	Forças Armadas: positivo	414	Ortodoxia econômica: positivo
105	Forças Armadas: negativo	415	Análise marxista: positivo
106	Paz: positivo	416	Controle do Crescimento: positivo
107	Internacionalismo: positivo	Domínio 5: Bem-estar e Qualidade de Vida	
108	Integração Europeia: positivo	501	Proteção Ambiental: positivo
109	Internacionalismo: negativo	502	Cultura: positivo
110	Integração Europeia: negativo	503	Justiça Social: positivo
Domínio 2: Liberdade e Democracia		504	Expansão do Welfare State
201	Liberdade e Direitos Humanos	505	Limitação do Welfare State
202	Democracia	506	Expansão da Educação
203	Constitucionalismo: positivo	507	Limitação da Educação
204	Constitucionalismo: negativo	Domínio 6: Estrutura da Sociedade	
Domínio 3: Sistema Político		601	Nacionalismo: positivo
301	Descentralização: positivo	602	Nacionalismo: negativo
302	Centralização: positivo	603	Moralidade tradicional: positivo
303	Eficiência Governamental e Administrativa: positivo	604	Moralidade tradicional: negativo
304	Corrupção: negativo		

fiel do partido do que julgamentos de especialistas e/ou eleitores porque no conteúdo de sua plataforma, o partido seleciona uma agenda temática de acordo com suas preferências ou intenções.

⁴ Os valores 107 e 402 referem-se as categorias “Internacionalismo” e “Incentivos”, respectivamente. Cada um desses valores (categorias) é atribuído a uma frase (*quasi-sentence*) para a categorização dos programas partidários.

305	Autoridade Política: positivo	605	Lei e Ordem
Domínio 4: Economia		606	Harmonia Social
401	Livre Iniciativa: positivo	607	Multiculturalismo: positivo
402	Incentivos: positivo	608	Multiculturalismo: negativo
403	Regulação do Mercado: positivo	Domínio 7: Grupos Sociais	
404	Planejamento Econômico: positivo	701	Classes trabalhadoras: positivo
405	Corporativismo: positivo	702	Classes trabalhadoras: negativo
406	Protecionismo: positivo	703	Agricultura e rurais
407	Protecionismo: negativo	704	Classe média e grupos profissionais: positivo
408	Metas Econômicas	705	Minorias desprivilegiadas: positivo
409	Gerenciamento Keynesiano da demanda: positivo	706	Grupos demográficos não-econômicos: positivo

Fonte: WERNER, Annika; LACEWELL, Onawa; VOLKENS, Andrea. **Manifesto Coding Instructions (5 th revised edition), March 2014** (tradução nossa). Disponível em: https://manifestoproject.wzb.eu/down/papers/handbook_2014_version_5.pdf. Acesso em: 2 dez. 2015.

Entre essas 56 categorias, O MRG (Budge *et alli*, 2001) seleciona 26 para compor a escala esquerda-direita (ver quadro 2).

Quadro 2 – Composição da escala esquerda-direita

Direita		Menos	Esquerda	
104	Forças Armadas: positivo		103	Anti-imperialismo: positivo
201	Liberdades e Direitos Humanos	105	Forças Armadas: negativo	
203	Constitucionalismo: positivo	106	Paz: positivo	
305	Autoridade Política: positivo	107	Internacionalismo: positivo	
401	Livre Iniciativa: positivo	202	Democracia	
402	Incentivos: positivo	403	Regulação do Mercado: positivo	
407	Protecionismo: negativo	404	Planejamento Econômico: positivo	
414	Ortodoxia Econômica: positivo	406	Protecionismo: positivo	
505	Limitação do Welfare State	412	Economia controlada: positivo	
601	Nacionalismo: positivo	413	Nacionalização: positivo	
603	Moralidade tradicional: positivo	504	Expansão do Welfare State	
605	Lei e Ordem: positivo	506	Expansão da Educação	
606	Harmonia Social	701	Classes trabalhadoras: positivo	

Fonte: Budge *et alli* (2001:56)

A posição de um partido no contínuo esquerda-direita é dada pela diferença entre a proporção de texto programático dedicada a categorias de direita menos a proporção

dedicada a categorias de esquerda; assumindo, dessa forma, valores negativos os partidos de esquerda e valores positivos os partidos de direita. Num caso extremo, um manifesto inteiramente com categorias de esquerda teria valor -100 e o seu oposto análogo valor + 100.

Aplicando de forma estanque a escala do MRG à realidade brasileira, Tarouco e Madeira (2013) percebem que os resultados alcançados divergem das posições usualmente atribuídas aos partidos no país. Esse desvio deve-se, segundo os autores, à inadequação de determinadas categorias às especificidades do modo no qual esquerda e direita manifestam-se no Brasil. Por isso, adaptamos a escala proposta pelo MRG, utilizando-a apenas nos marcos da ideologia de direita e acrescentando categorias criadas para esse trabalho. A adequação dessa metodologia justifica-se de acordo com o proposto por Bardin (1977), que atesta a validade de procedimentos de categorização baseados no uso de categorias retiradas após análise prévia do material, ou seja, as categorias são retiradas do próprio material, as chamadas “milhas”. Dessa forma, propomos a seguinte recategorização (quadro 3)⁵:

Quadro 3 – Diferenças programáticas entre os partidos de direita

Nova Direita		Conservadorismo não-elitizado	
304	Corrupção: negativo	304	Corrupção: negativo
410	Crescimento Econômico	410	Crescimento Econômico
401	Livre Iniciativa: positivo	401	Livre Iniciativa: positivo
	Desigualdade/Justiça Social		Desigualdade/Justiça Social
	Liberdade		Liberdade
	Propriedade Privada		Propriedade Privada
303	Eficiência Governamental e Administrativa: positivo	305	Autoridade Política: positivo
104	Forças Armadas: positivo	605	Lei e Ordem: positivo
402	Incentivos: positivo	505	Limitação do Welfare State: negativo
414	Ortodoxia econômica: positivo	601	Nacionalismo: positivo
	Defesa da democracia / Anti-autoritarismo		Moral religiosa cristã
	Histórico	603	Moralidade tradicional: positivo

Fonte: Confecção própria

Essas 18 categorias serão os parâmetros para análise dos manifestos partidários do Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), Democratas (DEM), Partido Progressista (PP), Partido da República (PR), Partido Social Cristão (PSC) e Partido Renovador Trabalhista Brasileiro (PRTB). Para tanto, foi utilizado o software para

⁵ As categorias com numeração foram tiradas do modelo do MRG e as sem numeração foram criadas para esse trabalho. Para conhecimento do significado atribuído a cada uma delas, ver anexo 1.

análise de dados quantitativos AtlasTI. No programa foram inseridos cada um dos 6 manifestos/programas partidários (*documents*) e as 18 categorias de análise (*codes*). A partir de então, cada *quasi-sentence* (*quote*) foi marcada, atribuindo-lhe um ou mais *codes*. O processo de categorização foi realizado de forma individual e autônoma entre os documentos, por isso os resultados são apresentados em relação à proporção de cada categoria por partido.

5. Análise dos Manifestos

Nessa seção são apresentados os resultados da mensuração dos manifestos partidários, seguindo a metodologia do Manifesto *Research Group*. Os dados encontram-se em relação à proporção de texto dos documentos partidários referentes a cada uma das categorias analisadas.

Tabela 1: Proporção (%) de cada categoria por documento partidário

Categorias	Nova Direita			Conservadorismo não- elitizado		
	PSDB	DEM	PP	PR	PSC	PRTB
Corrupção: negativo	0,03	-	-	0,02	0,04	-
Crescimento Econômico	0,03	-	0,08	0,12	0,01	0,15
Livre Iniciativa: positivo	0,03	0,09	-	0,04	0,01	0,15
Desigualdade/Justiça social	0,05	0,04	0,23	0,12	0,17	0,15
Liberdade	0,01	0,13	0,08	0,06	0,03	0,15
Propriedade Privada	-	0,09	-	0,02	-	-
Eficiência Governamental e Administrativa: positivo	0,10	-	-	0,06	0,01	-
Autoridade Política: positivo	-	-	-	0,08	0,01	-
Forças Armadas: positivo	-	0,04	-	-	-	-
Lei e Ordem: positivo	0,02	-	-	0,02	0,03	-
Incentivos: positivo	0,02	-	-	0,02	-	-
Limitação do Welfare State: negativo	-	-	-	0,06	0,01	-
Ortodoxia econômica: positivo	0,12	0,04	0,15	0,04	-	-
Nacionalismo: positivo	0,01	-	0,08	0,12	0,03	0,15
Defesa da democracia / Anti-autoritarismo	0,01	0,13	-	-	-	-
Moral religiosa cristã	-	-	-	-	0,08	-
Histórico	0,16	-	0,08	-	-	-

Moralidade tradicional: positivo	-	-	-	-	0,03	-
Outros / Não codificável	0,41	0,43	0,31	0,20	0,53	0,23

Fonte: Confeção própria

Corrupção, Crescimento Econômico, Livre Iniciativa, Desigualdade/Justiça Social, Liberdade e Propriedade Privada foram consideradas categorias comuns ao espectro da direita; sendo a denúncia à desigualdade social e busca por justiça social um valor condicionado pela realidade político-social brasileira. Sobre essa última categoria, impressiona a robustez com que ela é mencionada por todos os partidos, chegando a figurar 23% do conteúdo programático do PP e 17% do PSC. Eficiência governamental e administrativa: positivo, Forças Armadas: positivo, Incentivos: positivo, Ortodoxia econômica: positivo, Defesa da democracia/anti-autoritarismo e Histórico foram categorias alocadas na família de partidos (Ennser, 2010) da Nova Direita. Enquanto, Autoridade política: positivo, Lei e Ordem: positivo, Limitação do *Welfare State*: negativo, Nacionalismo: positivo, Moral Religiosa Cristã, Moralidade Tradicional: positivo foram usadas para tipificar a família de partidos do Conservadorismo não-elitizado.

Na tabela 2, refazemos as proporções de texto desconsiderando a categoria “Outros/Não codificável” – partes de texto que não exprimem nenhum valor significativo, como por exemplo: “Esta é a hora de recomeçar, honrando o passado e vislumbrando um futuro promissor para a democrática República brasileira” (PR, 2006); ou que expressam valores não contemplados pelo escopo desse trabalho, como: “Temos interesse direto na ampliação do leque das fontes de energia do mundo, incluindo o etanol. Ao mesmo tempo, participamos do interesse universal na regulação do uso da água e nas respostas à ameaça do aquecimento global” (PSDB, 2007).

Tabela 2: Proporção (%) relativa de cada categoria por documento partidário

Categorias	Nova Direita			Conservadorismo não-elitizado		
	PSDB	DEM	PP	PR	PSC	PRTB
Corrupção: negativo	0,06	-	-	0,03	0,09	-
Crescimento Econômico	0,05	-	0,11	0,15	0,03	0,20
Livre Iniciativa: positivo	0,05	0,15	-	0,05	0,03	0,20
Desigualdade/Justiça social	0,08	0,08	0,33	0,15	0,35	0,20
Liberdade	0,02	0,23	0,11	0,08	0,06	0,20
Propriedade Privada	-	0,15	-	0,03	-	-

Eficiência Governamental e Administrativa: positivo	0,18	-		0,08	0,03	-
Autoridade Política: positivo	-	-	-	0,10	0,03	-
Forças Armadas: positivo	-	0,08	-	-	-	-
Lei e Ordem: positivo	0,03	-	-	0,03	0,06	-
Incentivos: positivo	0,03	-	-	0,03	-	-
Limitação do Welfare State: negativo	-	-	-	0,08	0,03	-
Ortodoxia econômica: positivo	0,21	0,08	0,22	0,05	-	-
Nacionalismo: positivo	0,01	-	0,11	0,15	0,06	0,20
Defesa da democracia / Anti-autoritarismo	0,02	0,23	-	-	-	-
Moral religiosa cristã	-	-	-	-	0,18	-
Histórico	0,27	-	0,11	-	-	-
Moralidade tradicional: positivo	-	-	-	-	0,06	-
Subtotal	0,59	0,57	0,69	0,80	0,47	0,77

Fonte: Confecção própria

O repúdio à corrupção na esfera pública aparece em PSDB, PR e PSC com uma significância secundária. No caso do PSDB, surge numa chave de retórica da oposição, por meio de denúncia à condução da máquina pública pelo governo atual (PT), e consequente auto-promoção (governos FHC, 1994-2002). No PSC, essa categoria representa a reivindicação de moralização da política, implicitamente relacionados aos valores morais cristãos conclamados pelo partido. A busca pelo crescimento econômico aparece como uma prerrogativa da função do Estado em quase todos os manifestos, à exceção do DEM. A relevância dada a esse aspecto pelo PR pode ser associada à suas origens liberais, heranças de PL e PRONA. A valorização da livre iniciativa, do mercado, da iniciativa privada encontra expressão nos documentos de DEM e PRTB. No primeiro, relaciona-se à postura neoliberal defendida pelo partido e no segundo, ao que o partido chama de “trabalhismo participativo” – a defesa de uma postura propositiva dos trabalhadores, no qual o poder de barganha com seus patrões seja realizado em condições de igual e sem mediação de sindicatos e do Estado, balizados, então, pela dinâmica do mercado.

A categoria “desigualdade social/justiça social” foi acrescentada durante a análise dos manifestos porque foi percebida uma preocupação de todos os partidos em formar um discurso de conhecimento da realidade brasileira, ou seja, de ciência das

desigualdades sociais do país. Comumente associados ao ideário da esquerda (Bobbio, 2011; Budge *et alli*, 2001), a preocupação com a justiça social, aparece nos documentos como a constatação de um problema, mas sem apontar causas ou propostas de solução.

A pobreza, no Brasil, cerceia a liberdade de milhões de pessoas, sem que políticas compensatórias adequadas garantam a igualdade de oportunidades, o acesso aos bens de consumo básicos e à escolha livre de cada um pelo seu próprio destino. (PR, 2006). Consecução de um sistema econômico livre, que favoreça a prática das regras de mercado, mas que tenha como objetivo maior o bem-estar dos brasileiros e a eliminação das desigualdades sociais; (PP, s/a)

O Trabalho gera riquezas, que por sua vez se transformam em bem-estar social. Quando todos tivermos acesso a compartilhar das oportunidades criadas, seja como empregados ou como empregadores, poderemos mais rápido desenvolver o País, proporcionando substanciais melhorias de condições de vida, onde a saúde, a educação, a habitação e a segurança passem a ser bens materiais compartilháveis com mais equidade entre todos. (PRTB, 2013).

O único partido que chega a formular propostas para promover uma maior justiça social é o PSC, no qual essa temática ocupa 1/3 (35%) de seu manifesto.

Estabelecer rígido sistema fiscal e tributário, visando a beneficiar, particularmente, as camadas e as regiões mais carentes.

Considerar a agricultura prioritária ao processo de desenvolvimento nacional e eliminar quaisquer impostos que tornam os produtos alimentícios inacessíveis as camadas menos favorecidas da população.

Incentivar a criação ampla de programa de reforma agrária e adotar novas medidas de combate ao latifúndio improdutivo (PSC, 1990).

Liberdade - entendida por poder de escolha e autonomia do indivíduo frente ao Estado - e a valorização da propriedade privada, como um direito do indivíduo, são valores basilares do pensamento de direita, significativamente expressos no manifesto do Democratas.

Pugnar pela expansão das perspectivas de vida do cidadão, de modo a permitir que um número cada vez maior de pessoas desfrute de oportunidades cada vez melhores e que os indivíduos possam ser livres para trabalhar e criar segundo suas aptidões, respeitando cada um o direito dos demais.

Perfilar o respeito ao direito de propriedade, com reconhecimento das responsabilidades sociais inerentes ao exercício desse direito, tendo em conta que o interesse individual não pode se sobrepor ao interesse coletivo (DEM, s/a).

Eficiência governamental e administrativa concebida por Estado mínimo e tecnocrático é um discurso presente no programa partidário do PSDB (18%), o que ilustra o forte viés neoliberal (Guiot, 2010) da Nova Direita. Por outro lado, autoridade política, na forma de um Estado provedor de seguridade social, presente no Conservadorismo não-elitizado do PR, não se faz presente em nenhum dos partidos do domínio da Nova Direita. As categorias Forças Armadas e Lei e Ordem, que à primeira vista podem parecer equivalentes, exprimem valores diferentes. O fato do DEM ser o

único partido a mencionar e ainda reservar 8% do seu manifesto para valorizar a instituição Forças Armadas, pode revelar um vestígio do passado autoritário de seus predecessores, PDS e ARENA. “Incentivos: positivo” e “Limitação do *Welfare State*: negativo” não apresentam muita significância em nossa análise, apesar de ser notável o fato dos partidos da Nova Direita nem sequer mencionaram a “Limitação do *Welfare State*: negativo” como uma agenda, mesmo apresentando preocupação com a desigualdade/justiça social.

“Ortodoxia econômica: positivo” – um valor canônico da direita neoliberal – encontra-se expressamente representado pelos partidos constitutivos da Nova Direita, ao passo que o que valorização do Nacionalismo possui respaldo nos documentos da família do Conservadorismo não-elitizado. Defesa da democracia e conformação de postura não-autoritária é uma categoria especialmente sintomática do espectro ideológico do DEM, possivelmente associada à sua necessidade de desvinculação de um histórico autoritário, no fenômeno que Tarouco e Madeira (2010) chamam de “a direita envergonhada”. No mesmo intuito, mas com propósitos diferentes, PSDB e PP conferem grande importância à formação de uma imagem histórica do partido; sendo que no primeiro, essa é utilizada para marcar sua posição enquanto oposição ao governo atual, exaltando os logros de seus governos. Por fim, moral religiosa cristã e moralidade tradicional são duas categorias que se aplicam exclusivamente ao PSC, único dos partidos assumidamente religioso (cristianismo protestante), reforçando, assim, um viés religioso no domínio do conservadorismo não-elitizado.

6. Considerações finais

A operacionalização do conceito de direita, especialmente como identificação ideológica dos partidos políticos brasileiros, é uma discussão passível de questionamentos e fonte de dissenso entre os próprios estudiosos dessa temática. Os dados apresentados nesse trabalho, no entanto, permitem apontarmos para uma configuração orgânica de um conjunto de valores compartilhados por essa ideologia.

A intensidade das preferências e práticas políticas e discursivas presentes nos manifestos partidários dos partidos políticos analisados corroboram nossa hipótese de que sob o mesmo espectro da direita coexistem inclinações ideológicas distintas. A premência conferida por PSDB, DEM e PP à ortodoxia econômica demonstram o conteúdo marcadamente neoliberal presente na Nova Direita; ao passo que o a preocupação com a seguridade social trazida pelo PR, a moralidade tradicional e cristã do PSC e o nacionalismo de resquícios autoritários do PRTB, conformam o teor conservador presente no Conservadorismo não-elitizado.

7. Referências bibliográficas

- ALVES, Maria Teresa Gonzaga. **Conteúdos ideológicos da nova direita no município de São Paulo**: análise de surveys. *Opinião Pública*, Campinas, vol. 6, n. 2, p. 187-225, 2000.
- AMORIM NETO, Octávio. **De Dutra a Lula**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2011.
- BABIRESKI, Flávia. **A direita no Brasil, Chile e Uruguai**: estudos dos programas e manifestos partidários. 2014. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba.
- BARDIN, L. **Análise de Conteúdo**. Lisboa: 70, 1977.
- BENOIT, Kenneth. & LAVER, Michael. **Party Policy in Modern Democracies**. New York: Routledge. 2006.
- BOBBIO, Norberto. **Direita e esquerda**: Razões e significados para uma distinção política. São Paulo: UNESP, 2011.
- BUGDE, Ian; KLINGEMANN, Hans-Dieter; VOLKENS, Andrea *et alli*. **Mapping Policy Preferences: Parties, Electors and Governments: 1945-1998**. Oxford: Oxford University Press, 2001.
- CÂMARA DOS DEPUTADOS. **Lideranças e Bancadas**. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/deputados/liderancas-e-bancadas/bancadas/bancada-na-posse>. Acesso em: 3 jul. 2016.
- CARREIRÃO, Yan. **Ideologia e partidos políticos**: um estudo sobre coligações em Santa Catarina. *Campinas: Opinião Pública*, vol. 12, nº 1, abr-maio, 2006, p. 136-163.
- CODATO, Adriano; BOLOGNESI, Bruno; ROEDER, Karolina Mattos. A nova direita brasileira: uma análise da dinâmica partidária e eleitoral do campo conservador. In: VELASCO E CRUZ, Sebastião; KAYSEL, André; CODAS, Gustavo (org.). **Direita, volver !** O retorno da direita e o ciclo político brasileiro. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2015, p. 115-143.
- DEMOCRATAS. **Princípios dos Democratas**. s/a. Disponível em: <http://www.dem.org.br/wp-content/uploads/2011/01/Principios-do-Democratas.pdf>. Acesso em: 05 jul. 2016.
- ENNSER, Laurenz. **The homogeneity of West European party families**: the radical right in comparative perspective. *Party Politics*, v.18, n.2, 2010, p. 151-171.
- FERNANDES, Luís. **Muito barulho por nada?** Rio de Janeiro: Dados, v. 38, n. 1, 1995, p. 107-143.
- FIGUEIREDO, Argelina; LIMONGI, Fernando. Bases institucionais do presidencialismo de coalizão. In: **Executivo e Legislativo na Nova Ordem Constitucional**. Rio de Janeiro: FGV, 1999, pp. 19-39.
- FLEISCHER, David. Os partidos políticos. In: AVELAR, Lúcia; CINTRA, Antônio Octávio. **Sistema político brasileiro**: uma introdução. São Paulo: UNESP, 2007. p. 303-348.
- GONZÁLEZ, Andrea. **Continuidad y cambio de los partidos de derecha chilenos**: las dos almas de la derecha chilena. Trabalho apresentado no VII Congreso de la Asociación Latinoamericana de Ciencia Política (ALACIP), Bogotá, Colombia, 2013.
- GUIOT, André Pereira. **A construção da ideologia neoliberal no PSDB (1988-1994)**. In: ENCONTRO REGIONAL DA ANPUH-RIO: MEMÓRIA E PATRIMÔNIO, 14, 2010,

Rio de Janeiro. Anais... Rio de Janeiro: UNIRIO, 2010. Disponível em: http://www.encontro2010.rj.anpuh.org/resources/anais/8/1276606395_ARQUIVO_Aco_nstrucaodaideologianeoliberalnoPSDB_1988-1994_.pdf. Acesso em: 4 maio 2016.

KINZO, Maria D'Alva Gil. **Oposição e autoritarismo: gênese e trajetória do MDB (1966-1979)**. São Paulo: Vértice, Editora Revista dos Tribunais, 1988.

_____. O quadro partidário e a constituinte. In: LAMOUNIER, Bolivar. (org.) **De Geisel a Collor: o balanço da transição**. São Paulo: IDESP / Sumaré, 1990.

MAINWARING, Scott; POWER, Timothy; MENEGUELLO, Rachel. **Partidos conservadores no Brasil contemporâneo: quais são, o que defendem, quais são suas bases**. São Paulo: Paz e Terra, 2000.

MAYER, Rodrigo; BABIRESKI, Flávia. **As diferenças dos principais partidos de direita: um estudo sobre Brasil e Chile**. In: IV Seminário Nacional Sociologia & Política, Curitiba. Anais do Evento. Curitiba: UFPR, 2012.

NOVAES, Carlos Alberto Marques. **Dinâmica institucional da representação: individualismo e partidos na Câmara dos Deputados**. São Paulo: Novos Estudos, CEBRAP, n. 38, março 1994, p. 99-147.

OLIVEIRA, Tatiana. BENETTI, Pedro. **As novas direitas sul-americanas: Análise das experiências chilena e colombiana**. Observador On-line, Rio de Janeiro, v. 9. n.1, jan. 2014. Disponível em: http://www.opsa.com.br/images/pdf/observador/Observador_OPSA_vol_9_n_1_2014_Oliveira_e_Benetti.pdf Acesso em: 11 de maio de 2016.

PARTIDO DA SOCIAL DEMOCRACIA BRASILEIRA. **História**. Disponível em: <http://www.psdb.org.br/psdb/historia/>. Acesso em: 05 jul. 2016.

_____. **Novo Programa do PSDB**. 2007. Disponível em: http://static.psdb.org.br/wp-content/uploads/2010/04/Programa_PSDB_2007.pdf. Acesso em: 05 jul. 2016.

PARTIDO DA REPÚBLICA. **Manifesto do Partido da República**. 2006. Disponível em: <http://www.partidodarepublica.org.br/partido/manifesto.html>. Acesso em: 05 jul. 2016.

_____. **PL e PRONA promovem fusão**. Disponível em: http://www.partidodarepublica.org.br/partido/historia_do_pr.html. Acesso em: 05 jul. 2016.

PARTIDO PROGRESSISTA. **Nossa História**. Disponível em: <http://www.pp.org.br/textos/453/27432/NossaHistoria/?sIT=119032>. Acesso em: 05 jul. 2016.

_____. **Programa Partidário**. s/a. Disponível em: <http://www.pp.org.br/textos/453/27435/ProgramaPartidario/?sIT=119032>. Acesso em: 05 jul. 2016.

PARTIDO RENOVADOR TRABALHISTA BRASILEIRO. **Histórico**. Disponível em: <http://prt看.org.br/2013/01/08/historico/>. Acesso em: 05 jul. 2016.

_____. **Programa**. 2013. Disponível em: <http://prt看.org.br/2013/01/10/programa/>. Acesso em: 05 jul. 2016.

PARTIDO SOCIAL CRISTÃO. **Histórico**. Disponível em: <http://www.psc.org.br/site/partido-social-cristao/historico.html>. Acesso em: 05 jul. 2016.

PIERUCCI, Antônio Flávio. **Ciladas da diferença**. 1.ed. São Paulo: Editora 34, 1999.

POWER, Timothy. **The Political Right in Postauthoritarian Brazil**: Elites, institutions, and democratization. University Park: Pennsylvania State University. 2000.

RODRIGUES, Leôncio Martins. **Partidos, ideologia e composição social**. São Paulo: Edusp, 2002.

SUNG, Jung Mo. **Prosperidade sim, família homossexual, não!** A nova classe média evangélica. Psicologia USP, São Paulo, vol. 26, n.1, p. 43-51, 2015.

TAROUCO, Gabriela; MADEIRA, Rafael. **A “direita envergonhada” no Brasil**: como partidos reinterpretam seus vínculos com o regime militar? Buenos Aires: V Congresso Latino-americano de Ciência Política, ALACIP, de 28 a 30 de jul. 2010.

_____. **Partidos, Programas e o Debate sobre esquerda e direita no Brasil**. Curitiba: Sociologia Política, vol. 21, n. 45, mar. 2013, p. 149-165.

TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL. **Programa do Partido Social Cristão**. Disponível em: <http://www.justicaeleitoral.jus.br/arquivos/tse-programa-psc>. Acesso em: 05 jul. 2016.

WERNER, Annika; LACEWELL, Onawa; VOLKENS, Andrea. **Manifesto Coding Instructions (5th revised edition)**. mar. 2014. Disponível em: https://manifestoproject.wzb.eu/down/papers/handbook_2014_version_5.pdf. Acesso em: 11 dez. 2015.

Anexo 1 – Descrição das Categorias de Classificação dos Partidos

BUGDE, Ian; KLINGEMANN, Hans-Dieter; VOLKENS, Andrea *et alli*. **Mapping Policy Preferences: Parties, Electors and Governments: 1945-1998**. Oxford: Oxford University Press, 2001.

WERNER, Annika; LACEWELL, Onawa; VOLKENS, Andrea. **Manifesto Coding Instructions (5 th revised edition), March 2014** (tradução nossa). Disponível em: https://manifestoproject.wzb.eu/down/papers/handbook_2014_version_5.pdf. Acesso em: 2 dez. 2015.

Categorias comuns ao espectro da Direita

304 Corrupção política: negativa

Descrição: Necessidade de eliminar a corrupção e abuso na vida política e pública

410 Crescimento Econômico

Descrição: Necessidade de encorajar ou facilitar uma maior produção; necessidade de tomar medidas de ajuste; apelo a uma maior produção e importância da produtividade para a economia; o aumento do comércio exterior; o paradigma de crescimento.

401 Livre Iniciativa

Descrição: Menções favoráveis ao capitalismo de livre iniciativa; superioridade da iniciativa-investimento individual sobre a estatal e sistemas de controle; menções favoráveis a direitos de propriedade privada, iniciativa-investimento e empreendimento pessoal; necessidade de empreendimentos-investimentos individuais desimpedidos.

Desigualdade/Justiça Social

Descrição: Conceito de igualdade; necessidade de um tratamento equitativo de todos os povos, a proteção especial para desfavorecidos; necessidade de distribuição justa dos recursos; fim a discriminação por motivos de raça, sexo, gênero, deficiência, idade, orientação sexual, etc.

Liberdade

Descrição: Liberdade frente à coerção estatal na esfera política e econômica; liberdade em relação ao controle burocrático; ideia de individualismo.

Propriedade Privada

Descrição: Propriedade privada concebida como um direito de todos os indivíduos e dever do Estado assegurá-lo.

Categorias alocadas à família de Partidos da Nova Direita

303 Eficiência Governamental e Administrativa: positivo

Descrição: Apelo geral para tornar a burocracia estatal mais barata e mais eficaz; cortar serviço civil; melhoria dos procedimentos governamentais.

104 Forças Armadas: positivo

Descrição: Necessidade de manter ou aumentar gastos militares; modernização das forças armadas e melhoria da força militar; rearmamento e autodefesa; necessidade de honrar obrigações de tratados militares; necessidade de assegurar recursos humanos

adequados nas forças armadas; defesa do território e integridade; favorecimento dos militares.

402 Incentivos

Descrição: Necessidade de políticas salariais e tributárias para induzir investimento; encorajamento para novos empreendimentos; necessidade de incentivos financeiros e de outros tipos como subsídios; apoio à pequena empresa.

414 Ortodoxia econômica

Descrição: Necessidade de ortodoxia econômica tradicional, por exemplo, redução de déficits orçamentários, redução de gastos em crises, parcimônia (reservas) e economia; apoio a instituições econômicas tradicionais, como mercado de ações e sistema bancário; apoio a moeda forte. Inclui referências a: (i) políticas de ajuste fiscal, (ii) endividamento do estado, (iii) austeridade, (iv) equilíbrio fiscal, (v) falência do modelo nacional-desenvolvimentista e/ou sua reforma e (vi) privatizações.

Defesa da democracia / Anti-autoritarismo

Democracia como o único regime de governo preterido. Desvinculação de apoio pretérito à Ditadura Militar.

Histórico

Menção às origens do partido ou feitos do partido quando no governo.

Categorias alocadas à família de Partidos do Conservadorismo não-elitizado

305 Autoridade Política: positivo

Descrição: Menção favorável a um governo forte, incluindo estabilidade de governo; competência do partido para governar e ou a falta de tal competência do outro partido.

605 Lei e Ordem: positivo

Descrição: Execução de todas as leis, as ações contra o crime, o apoio de recursos para melhorar a polícia, etc; atitudes mais duras nos tribunais

505 Limitação *Welfare State*: negativo

Descrição: Limitação do gasto com serviços e seguridade social. Ajuste da Previdência.

601 Nacionalismo: positivo

Descrição: Apoio ao patriotismo e ou nacionalismo; suspensão de liberdade a fim de proteger o Estado contra a subversão; o apoio para as ideias nacionais estabelecidas.

Moral religiosa cristã

Menção ao Cristianismo como doutrina norteadora da ação política e da moral social.

603 Moralidade tradicional: positivo

Descrição: Menção favorável aos valores morais tradicionais; proibição, censura e repressão da imoralidade e comportamento inadequado, manutenção e estabilidade da família, da religião.